

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Companhia, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$683 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando evolução de 8,9% em relação a R\$627 milhões em 31 de dezembro de 2012. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$73 milhões em comparação a R\$91 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos totais atingiram R\$3.986 milhões, apresentando uma redução de 3,3% em comparação a R\$4.121 milhões em 31 de dezembro de 2012, e estão representados principalmente pelas operações de arrendamento mercantil no montante de R\$3.655 milhões (31/12/2012 - R\$3.847 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido registrado no passivo no valor de R\$2.280 milhões (31/12/2012 - R\$2.287 milhões), representam uma carteira líquida de R\$1.375 milhões (31/12/2012 - R\$1.560 milhões).

As captações em depósitos interfinanceiros totalizaram R\$452 milhões em 31 de dezembro de 2013 em comparação a R\$724 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2,65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,9% do PIB ao final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

Outras Informações

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no exercício de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2012			Nota	31/12/2013	
		31/12/2013	Ajustado			31/12/2013	Ajustado
Ativo Circulante		60.414	54.611	Passivo Circulante		1.193.487	1.317.064
Disponibilidades	5&16.d	10.265	3.518	Depósitos		350.693	496.855
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	4.500	Depósitos Interfinanceiros	11	350.693	496.855
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	4.500	Outras Obrigações		842.794	820.209
Operações de Arrendamento Mercantil		2.173	9.701	Sociais e Estatutárias		37.970	20.647
Arrendamentos a Receber:				Fiscais e Previdenciárias	12	4.443	23.946
Setor Privado	7.a	216.601	229.288	Diversas	13	800.381	775.616
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.a	(206.091)	(212.194)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.d	(8.337)	(7.393)				
Outros Créditos		27.088	15.391				
Créditos Tributários	8	3.582	11.096				
Diversos	9	23.506	4.295				
Outros Valores e Bens		20.888	21.501				
Outros Valores e Bens	7.a	1.044	896				
Despesas Antecipadas		19.844	20.605				
Ativo Realizável a Longo Prazo		301.163	259.274				
Operações de Arrendamento Mercantil		8.178	11.422				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Privado	7.a	332.609	390.017				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.a	(313.020)	(367.718)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.d	(11.411)	(10.877)				
Outros Créditos		272.842	219.851				
Créditos Tributários	8	205.867	175.714				
Diversos	9	66.975	44.137				
Outros Valores e Bens		20.143	28.001				
Despesas Antecipadas		20.143	28.001				
Permanente		3.624.516	3.806.978				
Imobilizado de Uso		4	4				
Outras Imobilizações de Uso		5	(1)				
(Depreciações Acumuladas)		(1)	(1)				
Imobilizado de Arrendamento	10	3.624.512	3.806.974				
Bens Arrendados		3.491.289	3.682.991				
Superveniência de Depreciação		1.344.646	1.131.099				
(Depreciações Acumuladas)		(1.211.423)	(1.007.116)				
Total do Ativo		3.986.093	4.120.863			3.986.093	4.120.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a				Nota	01/01 a		
		31/12/2013	31/12/2013	Ajustado			31/12/2013	31/12/2013	Ajustado
Receitas da Intermediação Financeira		339.598	745.841	840.289	Outras Receitas Operacionais	17	6.558	13.039	15.664
Operações de Arrendamento Mercantil		339.590	745.831	840.282	Outras Despesas Operacionais	18	(27.134)	(39.783)	(30.911)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8	10	7		Resultado Operacional	19	144.969	246.326	127.068
Despesas da Intermediação Financeira		(402.672)	(827.310)	(800.811)	Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	20	52.836	120.082	150.328
Operações de Captação no Mercado		(29.345)	(64.229)	(75.212)	Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(20.589)	(47.141)	(59.174)
Operações de Arrendamento Mercantil		(373.042)	(760.641)	(720.378)	Provisão para Imposto de Renda		(6.575)	(50.235)	(124.290)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(285)	(2.440)	(5.221)	Provisão para Contribuição Social		(8.436)	(19.545)	(23.999)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(63.074)	(81.469)	39.478	Ativo Fiscal Diferido		(5.578)	22.639	89.115
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(29.059)	(44.775)	(16.218)	Lucro Líquido		32.247	72.941	91.154
Rendas de Tarifas Bancárias		5.704	9.703	24.431	Nº de Ações (Mil)	15.a	243	243	243
Outras Despesas Administrativas		(6.149)	(12.023)	(11.412)	Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		132.703,70	300.168,72	375.119,34
Despesas Tributárias		(8.038)	(15.711)	(13.990)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Continuação



 groupe RCI Banque

COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

CNPJ nº 62.307.848/0001-15



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 - Originalmente Apresentado		448.152	8.230	115.934	7	-	572.323
Ajustes Decorrentes de Mudança de Prática Contábil	4.f.1	-	-	-	-	10.649	10.649
Saldos em 1 de Janeiro de 2012 - Ajustado		448.152	8.230	115.934	7	10.649	582.972
Dividendos Complementares	15.b	-	-	(26.259)	-	-	(26.259)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(7)	-	(7)
Lucro Líquido		-	-	-	-	91.154	91.154
Destinações:							
Reserva Legal		-	4.346	-	-	(4.346)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(20.646)	(20.646)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	76.811	-	(76.811)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustado		448.152	12.576	166.486	-	-	627.214
Lucro Líquido		-	-	-	-	72.941	72.941
Destinações:							
Reserva Legal		-	3.647	-	-	(3.647)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(17.323)	(17.323)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	51.971	-	(51.971)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		448.152	16.223	218.457	-	-	682.832
Saldos em 30 de Junho de 2013 - Ajustado		448.152	14.516	205.240	-	-	667.908
Lucro Líquido		-	-	-	-	32.247	32.247
Destinações:							
Reserva Legal		-	1.707	-	-	(1.707)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(17.323)	(17.323)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	13.217	-	(13.217)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		448.152	16.223	218.457	-	-	682.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/01 a 31/12/2012		
	01/07 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido	32.247	72.941	91.154
Ajustes ao Lucro Líquido	21.049	49.382	60.858
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e 285	2.440	5.221
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.791	25.705	36.232
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	14.c 10.973	21.237	19.404
Depreciações	-	-	1
Variações em Ativos e Passivos	(50.428)	(120.076)	(107.513)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil	56.789	184.143	(295.266)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(24.417)	(42.049)	(15.786)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	10.572	8.619	(15.990)
Aumento (Redução) em Depósitos	(106.436)	(272.509)	199.200
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	23.948	21.687	36.697
Imposto Pago	(10.884)	(19.967)	(16.368)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais	2.868	2.247	44.499
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	(41.346)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	-	-	(41.346)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.868	2.247	3.153
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	7.397	8.018
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	10.265	8.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012 Ajustado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Receitas da Intermediação Financeira	745.841	840.289		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	9.703	24.431		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e (2.440)	(5.221)		
Outras Receitas e Despesas	219.582	111.821		
Despesas da Intermediação Financeira	(824.870)	(795.590)		
Insumos de Terceiros	(12.023)	(11.412)		
Serviços de Terceiros	(5.400)	(4.828)		
Outros	(6.623)	(6.584)		
Valor Adicionado Bruto/Líquido Produzido/a Distribuir	135.793	164.318		
Distribuição do Valor Adicionado				
Impostos, Taxas e Contribuições Federais	62.852	46,3%	73.164	44,5%
Municipais	57.100		67.313	
Municipais	5.752		5.851	
Remuneração de Capitais Próprios	72.941	53,7%	91.154	55,5%
Dividendos	15.b 17.323		20.646	
Reinvestimentos de Lucros	55.618		70.508	
Total	135.793	100,0%	164.318	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Reestruturação Societária

Incorporação de Ações

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 31 de maio de 2012, foi aprovada a proposta de incorporação de ações, nos termos e condições do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ao Patrimônio da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil" (Protocolo), cujo processo foi homologado pelo Bacen em 28 de agosto de 2012.

No Protocolo foram estabelecidas as justificações e condições da reestruturação societária constituída pela incorporação da totalidade de ações de emissão da Companhia ao patrimônio da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil). Como resultado da Incorporação de Ações: (a) a Companhia (Incorporada) é convertida em subsidiária integral da RCI Brasil (Incorporadora); (b) os ex-acionistas da Incorporada receberam ações de emissão da Incorporadora, e (c) o patrimônio da RCI Brasil foi aumentado pelo valor contábil das ações da Companhia, emitidas aos seus ex-acionistas, avaliadas na data-base de 31 de março de 2012, conforme demonstrado abaixo.

	Companhia
Valor Contábil do Patrimônio Líquido	567.951
Quantidade de Ações Integralizadas do Capital Social	243.715
Valor Patrimonial Contábil por Ação (Em Reais por Ação)	2.330,39

Na incorporação de ações foram emitidas 3.122 novas ações na RCI Brasil com o aumento de capital no montante de R\$567.951.

A Incorporação de Ações se justifica na medida em que trarão às Companhias e aos seus acionistas os seguintes benefícios: (a) simplificação da composição da estrutura patrimonial dos veículos societários, (b) redução de custos administrativos, especialmente os relacionados às obrigações legais e regulatórias atualmente despendidos pelas Companhias, e (c) uma maior eficiência na estrutura corporativa e mais agilidade na execução de decisões estratégicas administrativas e comerciais das Companhias.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 20 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a Companhia e a RCI Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas das empresas financeiras Renault, compostas pela Companhia e RCI Brasil, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram divulgadas, no prazo legal, na CVM (empresas financeiras Renault) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri (Conglomerado Santander).

Continua...

Continuação



groupe RCI Banque

COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

CNPJ nº 62.307.848/0001-15



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A AGE de 31 de maio de 2012 aprovou a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia ao patrimônio da RCI Brasil, com a consequente conversão em sua subsidiária integral, na qual, os ex-acionistas receberam novas ações emitidas pela RCI Brasil conforme Protocolo mencionado na Nota 2.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Em dezembro de 2013, foram provisionados dividendos no montante de R\$17.323 (R\$68,81 para ações ordinárias e R\$75,69 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2013.

Em dezembro de 2012, foram provisionados dividendos no montante de R\$20.646 (R\$82,01 para ações ordinárias e R\$90,21 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2012.

Na Reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2012, foi aprovado o destaque e pagamento de dividendos no montante de R\$26.259 (R\$104,30 para ações ordinárias e R\$114,73 para ações preferenciais, em reais por ação), relativos a lucros de exercícios anteriores a 2012, por conta da reserva para reforço de capital de giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2013 foi fixado o valor máximo de R\$10. A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander, seus controladores.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Conselho de Administração e planos de aposentadoria complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Companhia é controlada pela RCI Brasil que possui participação direta de 243 mil ações equivalentes a 100,0% do capital social, conforme reestruturação societária mencionada na Nota 2.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Disponibilidades	10.265	3.518	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	10.265	3.518	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁴⁾	23.461	4.226	62.642	52.610
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	22.837	3.583	44.442	34.120
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	624	643	18.200	18.490
Depósitos Interfinanceiros	(192.275)	(491.031)	(31.687)	(45.207)
RCI Brasil ⁽²⁾	(192.275)	(491.031)	(31.687)	(45.207)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(37.969)	(20.646)	-	-
RCI Brasil ⁽²⁾	(37.969)	(20.646)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(340)	(373)	(4.045)	(4.586)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(340)	(373)	(4.045)	(4.586)

⁽¹⁾ As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

⁽²⁾ Controladora direta da Companhia a partir de 31 de maio de 2012.

⁽³⁾ Controlador indireto da Companhia em conjunto (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

⁽⁴⁾ Coligadas da controladora indireta RCI Banque.

⁽⁵⁾ Subsidiária do controlador indireto Banco Santander.

⁽⁶⁾ Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	332	329
Atualização de Depósitos Judiciais	2.639	2.556
Atualização de Impostos a Compensar	1.359	1.074
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	4.561	8.424
Recuperação de Encargos e Despesas	4.135	3.250
Outras	13	31
Total	13.039	15.664

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	30.195	23.682
Descontos Concedidos	3.800	1.369
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 14.c)	2.056	1.455
Trabalhistas (Nota 14.c)	102	-
Cíveis (Nota 14.c)	1.010	1.785
Outras	-	43
Gastos com Contratos em Atraso	1.835	1.612
Outras	785	965
Total	39.783	30.911

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	120.082	150.328
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(48.033)	(60.131)
Despesas Inadmissíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	892	957
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.141)	(59.174)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Éric Jean Spielrein

Suplente do Presidente do Conselho
Alain Gérard Ballu

Conselheiros Efetivos

André de Carvalho Novaes

Dominique Edmond Pierre Signora

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Oscar Rodriguez Herrero

Philippe Jean Claude Buros

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Carlos Alberto López Galán

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Thierry Gérard Alaux

William Cossemelli

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor de Risco
Dominique Edmond Pierre Signora

Diretor de Relações Institucionais
André de Carvalho Novaes

Diretor CreditNissan
Thierry Gérard Alaux

Diretor Administrativo Financeiro
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras n° 4.g.3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei n° 6.099/74, para as rubricas de ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo base

Continuação

RCI Brasil

groupe RCI Banque

COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase sobre a representação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4.f.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nas demonstrações financeiras, referentes às comissões pagas às concessionárias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro

de 2012, bem como os saldos de 31 de dezembro de 2011, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro), homologado pelo Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.007, de 25 de agosto de 2011. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria

descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2SP 011.609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.

R\$ 11664,00 - 15675/2014

Deixe a conta de água por conta do débito automático.



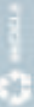
Autorize o débito automático da conta de água na sua conta corrente. Assim, você não precisa se preocupar com a data de vencimento, não fica em filas nem corre o risco de suspensão no abastecimento por atraso.

Se você é proprietário de casa na praia, tem mais uma razão para aproveitar essa facilidade. **É muito mais prático e seguro.**

Informe-se na sua agência bancária.
Dúvidas? Ligue 115
ou vá até um dos nossos escritórios de relacionamento com o cliente.




www.sanepar.com.br


**Ligue sua casa na rede de esgoto**

Desativar a fossa onde existe rede coletora de esgoto é uma exigência das autoridades sanitárias. Não pague multa. Contribua para garantir a saúde de sua família e de todos à sua volta.

O esgoto da sua casa está ligado à rede da Sanepar?
Então, está na hora de desativar a fossa. É simples:

- 1 Chame uma empresa credenciada para esvaziar a fossa
- 2 Jogue um saco de cal na fossa limpa para fazer a desinfecção
- 3 Aterre com areia e tampe bem, para evitar acidentes
- 4 Chame a Sanepar pelo telefone 115 para a vistoria final




Dúvidas? Ligue **115**
ou vá a uma de nossas
agências. Acesse:
sanepar.com.br

Siga a Sanepar no Twitter: @sanepar_pr



SE LIGUE NA REDE

Lançar o esgoto de casa direto no rio é crime ambiental. Se ligue.

